



CIDADANIA NA SOCIEDADE EM REDE: O CIBERATIVISMO E O COMBATE À LGBTFOBIA

CITIZENSHIP IN NETWORK SOCIETY: CYBERACTIVISM AND THE COMBAT OF LGBTPHOBIA

Carolina Bonoto Espindola ¹

RESUMO

O presente artigo visa discutir as potencialidades das redes sociais no combate ao preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Serão abordadas questões referentes ao movimento LGBT desde sua articulação inicial até sua convergência para a sociedade em rede. O surgimento das tecnologias de informação e comunicação, principalmente a internet, trouxe grandes mudanças para a sociedade contemporânea. Os discursos midiáticos fundados em conceitos heteronormativos e amplamente difundidos pela mídia hegemônica encontram a resistência nas redes sociais. Através do ciberativismo, os movimentos sociais encontraram nas redes virtuais um modo de substituir a transmissão unilateral das informações e de combater o *status quo*. Através da observação do caso do movimento “Aqui tem LGBTfobia” surgido na rede social Facebook, discutiremos as possíveis articulações entre o movimento LGBT brasileiro e as redes sociais, de maneira a visibilizarem assuntos negligenciados na mídia tradicional e também, de forma a mobilizar segmentos populacionais no combate às opressões baseadas em orientação sexual e identidade de gênero.

Palavras-chave: ciberativismo; cidadania; heteronormatividade; sociedade em rede.

ABSTRACT

This paper discusses the potential of social networks to combat prejudice against lesbian, gay, bisexual, transsexual and transgender. It will address issues related to the LGBT movement since its initial articulation to its convergence to the network society. The emergence of information and communication technologies, especially the Internet, has brought great changes to contemporary society. The media discourse founded by heteronormative concepts and widely disseminated by the mainstream media are the resistance on social networks. Through the cyber activism, social movements found in virtual networks a way to replace the unilateral transmission of information and to combat the status quo. Through movement Case observation "There is LGBTfobia" emerged in the social network Facebook, discuss the possible links between the Brazilian LGBT movement and social networks in order to visibilizarem issues neglected in traditional media and also to mobilize population segments in the fight against oppression based on sexual orientation and gender identity.

Key-words: cyberactivism; citizenship; heteronormativity; network society.

¹ Jornalista formada pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, e acadêmica de Direito do Centro Universitário Franciscano, UNIFRA. Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero e Educação, do Centro de Educação da UFSM. c.bonoto@gmail.com



INTRODUÇÃO

A mídia está no centro de um complexo fenômeno de interação entre os valores sociais e culturais, as instâncias de poder e a sociedade em geral. É seu papel representar a diversidade de pensamentos e a pluralidade de atores, incluindo as minorias sociais, políticas e sexuais. Entretanto, é comum encontrarmos discursos midiáticos que circulam dentro da cultura vigente e influenciados por valores relacionados à norma dominante. Estes discursos forjam um suposto consenso social a respeito de temas e modos de ver o mundo, construindo uma visão hegemônica e perpetuando desigualdades formais e materiais.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente a internet, as abordagens normativas de determinadas concepções na sociedade ocidental estão sendo reconfiguradas. Entre elas, destacamos as noções referentes às expressões de sexualidade, gênero e identidade, que trataremos a seguir nesta pesquisa. Tais conceitos, por serem construídos em diversos contextos sócio-históricos, vêm sofrendo alterações e incorporando uma nova visão de pluralidade. O surgimento das redes sociais *on-line* ou digitais abriram fronteiras inéditas para a socialização humana, tornando-se importantes ferramentas na multiplicação de discursos e significação de novos saberes e sentidos.

Este trabalho procura debater de que maneiras as redes sociais podem expandir o alcance das informações e agir como espaço de visibilidade das minorias, fornecendo uma perspectiva crítica a cerca de assuntos ainda negligenciados pela mídia hegemônica, como o combate à LGBTfobia no Brasil, tema principal deste artigo. Objetivamos entender de que formas o aparecimento de um ambiente interativo, cooperativo e descentralizado de difusão de ideias, discussão e reivindicações sem a mediação de esferas dominantes, favorece o exercício da cidadania e de direitos democráticos. Para isso, analisaremos o caso prático de um movimento sociopolítico nascido nas redes *online*, o “Aqui tem LGBTfobia”, que culminou na criação de uma nova rede social específica para organização e mobilização de indivíduos LGBTs², o *site* “Tem local?”.

² No dia 08 de Junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e trãngeneros no Brasil.



Em um primeiro momento, abordaremos alguns aspectos sobre o histórico de luta do movimento LGBT, desde o surgimento e estruturação até seu processo de midiaticização na sociedade em rede. Na sequência, serão trabalhadas considerações teóricas sobre cibercidadania, redes sociais e ciberdemocracia, para entendermos a relação de tais conceitos na construção de um movimento social ciberativista. Por último, apresentaremos o caso prático escolhido, o movimento “Aqui tem LGBTfobia” e o *site* dele originado, o “Tem Local?”. Através de suas análises, visamos estabelecer as potencialidades das redes sociais enquanto ferramenta de mobilização social e politização de indivíduos.

1 MOVIMENTO LGBT EM REDE

Até o final do século XIX, não existiam denominações que segmentassem as práticas sexuais dos indivíduos. O termo “homossexualidade” surgiu, majoritariamente, por pressão de instituições regulatórias das relações sociais, tais como a religião, o Estado e a medicina, com o objetivo de tratar como doença a prática afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo, inserindo as homossexualidades um caráter patológico, anormal e desviante.

Para Foucault, essa repressão moderna do sexo se sustenta no fato de coincidir justamente com a época de desenvolvimento pleno do capitalismo³. Pela primeira vez, o dinheiro e o futuro da sociedade eram ligados à maneira como cada pessoa usava o seu sexo. O aumento dos discursos sobre sexo pode, então, ter visado produzir uma sexualidade economicamente útil. Assim, uma coisa justifica a outra: o trabalho sobrepõe o prazer, aprisionando-o ao fator da procriação. O autor defende a existência de uma relação intensa entre poder e sexo: quem domina o discurso aberto passa a emanar autoridade, ao passo que aqueles que não se encaixam na lógica conservadora de sexualidade e fogem à regra do que é considerado normal, viram foras-da-lei.

Segundo Judith Butler, a sociedade ocidental, nesse período histórico, já estava estabelecida sobre um padrão heterossexista⁴ que definia como válido o modelo baseado nas relações entre homens e mulheres. Conseqüentemente, as práticas homossexuais passaram a representar uma suposta ameaça à ordem social heteronormativa. Criou-se, no imaginário coletivo, o homossexual como pessoa moralmente desviada.

³ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.

⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



No início da década de 1970, o movimento homossexual começa a se organizar enquanto movimento social e estruturar o processo de despatologização e descriminalização das sexualidades não normativas. A Revolta de *Stonewall*, em 1969, marcou a luta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de Nova York contra a opressora força policial da cidade e deu forças para os movimentos em defesa dos direitos civis LGBTs que surgiam ao redor do mundo. A data inicial do conflito, 28 de junho, é até hoje celebrada como um marco de resistência e celebração de orgulho.

Nesse mesmo período, o Brasil se encontrava em gradual abertura política após anos mergulhado na ditadura militar, o que possibilitou a emergência dos movimentos das minorias na busca não somente pela democracia, mas também pela cidadania plena e pelos direitos civis. O movimento feminista brasileiro, através da reivindicação pela liberdade sexual, abriu caminhos para o ainda embrionário movimento LGBT se formar e se empoderar. Em conjunto, buscavam uma organização social baseada em novas formas de conjugalidade e modelos de família, confrontando com os dogmas religiosos que pregavam o relacionamento sexual somente voltado para a procriação. Aos poucos, o movimento LGBT passa a adquirir visibilidade e reivindicar sua cidadania.

Durante a década de 1980, a sociedade brasileira se deparou com o drama da epidemia de HIV/Aids. A urgência de combater a doença abriu espaço para a visibilidade dos homossexuais, em âmbito federal, como cidadãos que necessitavam de políticas públicas específicas. Já a década de 1990 foi marcada pelo surgimento de ONGs em diversos estados brasileiros voltadas à comunidade homossexual e, em 1997, aconteceu a primeira Parada do Orgulho LGBT, na cidade de São Paulo.

Hoje, o fortalecimento do movimento de minorias sexuais não normativas provoca a atenção da mídia hegemônica brasileira. Entretanto, o discurso midiático tradicional ainda se encontra fortemente enraizado nas normas e valores dominantes podendo tanto legitimar quanto silenciar grupos e sujeitos sociais. Nesse sentido, destacamos o potencial da internet agir como espaço de visibilidade para os movimentos sociais, sendo determinante na configuração de novos valores, permitindo a pluralidade de representações e o rompimento com as desigualdades.

Na atual conjuntura, os conceitos clássicos de movimentos sociais não são suficientemente abrangentes para incorporarem as inovações trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação. Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais



contemplava essencialmente a organização dos trabalhadores em sindicatos. Já durante a segunda metade do século XX, minorias politicamente organizadas deram origem ao que Richard Miskolci considera “novos movimentos sociais”⁵, como o movimento pelos direitos civis dos negros do sul dos Estados Unidos, a segunda onda do movimento feminista e o movimento LGBT. Esses movimentos reivindicavam fundamentalmente dignidade e respeito da sociedade, evidenciando que a sociedade burguesa era muito mais ampla e complexa do que a velha distinção sociológica e marxista entre burgueses e proletários. Ou seja, evidenciaram em suas lutas que a desigualdade estava muito além das injustiças econômicas e da divisão de classes.

Contemporaneamente, podemos entender os movimentos sociais como uma rede que conecta sujeitos e organizações, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas em permanente constituição, que buscam reconhecimento de sua cidadania na sociedade civil. De acordo com os estudos de Manuel Castells, rede é um conjunto de nós interconectados que servem de ferramentas de organização em virtude de sua “flexibilidade e adaptabilidade inerentes”. Ainda segundo Castells, no final do século XX, três processos independentes se uniram, inaugurando uma nova estrutura social predominantemente baseada em redes e alavancaram a transição para uma nova forma de sociedade, a sociedade de rede, são elas:

as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica.⁶

Nesse sentido, o surgimento de uma sociedade em rede traz novas formas comunicacionais e possibilita novos processos discursivos de produção e construção de uma realidade para além daquela imposta pela normatividade atual. A comunicação em rede tem se destacado por duas características principais: interatividade e agilização dos processos comunicativos, de forma a construir uma nova comunidade política, sem barreiras territoriais, o que McLuhan denominou “aldeias globais”⁷. A previsão de McLuhan, na década de 60, se referia às formas de recepção diante do advento da

⁵ MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*

⁶ CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

⁷ MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.



televisão, porém, é até hoje amplamente utilizada e corroborada por Castells, enquanto sinônimo de sociedade em rede. Na perspectiva de Castells, as tecnologias de informação garantem a interatividade, tanto entre os cidadãos quanto entre os distintos atores na sociedade, públicos ou privados. Em tal contexto, são relevantes não só os recursos materiais, dados pela condição econômica, mas em especial os recursos simbólicos para o exercício da cidadania interativa.

A luta dos movimentos sociais em rede converge elementos políticos, como a luta pela eliminação de desigualdades, e elementos sócio-culturais, como a busca pela liberdade de escolha de um estilo de vida diferente do propagado como “correto”, construindo, assim, noções de identidade, representação, democracia e cidadania. Por essa razão que, constantemente, as reivindicações de diferentes grupos se interseccionam questionando as normas e estruturas relacionadas à heterossexualidade compulsória, patriarcado, racismo, fundamentalismo religioso e outras ideologias que buscam definir e controlar os indivíduos.

As redes de comunidades virtuais são, portanto, a forma que ativistas dos novos movimentos sociais têm encontrado como forma de resistência e combate ao *status quo* no cenário globalizado e de acelerado fluxo comunicacional. Para Castells, enquanto as lutas sociais modernas eram marcadas por movimentos que mantinham a sua hierarquia condizente com os valores verticais da industrialização, as lutas contemporâneas apresentam movimentos sociais com uma estrutura cada vez mais horizontal e em rede. Articulado através de redes, o movimento LGBT tem o potencial de aproximar as comunidades virtuais, projetar-se na esfera pública e substituir o modo de transmissão de informações unidirecional do campo midiático tradicional.

2 CIBERCIDADANIA E REDES SOCIAIS

Inicialmente criada para comunicação entre máquinas, a internet, hoje, revoluciona as relações sociais expandindo fronteiras e rompendo barreiras espaço-temporais. O sentimento de pertencer a uma comunidade global, já anteriormente destacado pelo pensamento de MacLuhan, e a convergência de pessoas por interesses comuns, independente de nacionalidades, classes sociais, etnias, gêneros ou sexualidades, tem sido um dos mais importantes fenômenos trazidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Na internet, os indivíduos encontram um espaço alternativo para disseminar



ideias, trocar opiniões e politizar a massa virtual, redirecionando o fluxo único de informações da mídia hegemônica.

Para Barbalho a mídia detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir os discursos. Assim, ocupá-la, ainda segundo o autor, torna-se uma tarefa primordial das políticas das diferenças dando vazão à luta das minorias no que ela tem de mais radical: poder falar e ser escutada. Sobre a inserção dos movimentos minoritários na mídia, Barbalho defende a existência de três posicionamentos:

Em um, mais tradicional, os movimentos fazem um uso instrumental dos meios de comunicação. Em outra, eles são em si mesmo midiáticos, no sentido de recorrerem à gramática hegemônica dos meios marcada pela espetacularização. A terceira se dá com uma atuação no interior das mídias, mas recorrendo a novas linguagens, conquistando não só um espaço discursivo próprio para as minorias, como também subvertendo a gramática estabelecida dos meios; contestando os conteúdos e as formas dominantes. Esta posição afirma que uma ação midiática só pode ser transformadora do ponto de vista da política se ela também o for do ponto de vista da mídia; se ela provocar rupturas com o modo de operação político-midiático-cultural vigente constituindo linhas de criação alternativas.⁸

Sobre os dois primeiros posicionamentos apontados por Barbalho compreendemos os movimentos minoritários em constante “negociação” com a mídia hegemônica na busca por visibilidade e representação. Tais exigências tornam, segundo Denise Cogo, a esfera das mídias um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações onde os movimentos minoritários se encontram submetidos às tensões contraditórias dos interesses que circulam na sociedade⁹. O terceiro posicionamento das minorias na mídia, segundo Barbalho, diz respeito à criação de novas mídias. Nesse sentido, em relação às minorias sexuais e de gênero, assunto desta pesquisa, a emergência mídias voltadas especificamente para a população LGBT possibilita que os indivíduos consumam materiais simbólicos positivos para o exercício de sua cidadania.

Procurando uma definição clássica temos que cidadania é o conjunto de direitos que concede ao indivíduo a possibilidade de agir ativamente como partícipe das escolhas

⁸ BARBALHO, Alexandre . Minorias, biopolítica e mídia. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004, Porto Alegre. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004**. CD-Room.

⁹ COGO, Denise. **Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais**. Disponível em: <www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em 15 Mar. 2015.



da vida social e política. Ou seja, aquele que não tem cidadania está à margem ou excluído e, portanto, em posição de inferioridade. No ciberespaço, porém, temos a transferência de leitor para ciberleitor e, com isso, a transmutação para um cibercidadão.

A cibercidadania está para além do pertencimento de cidade e participação no funcionamento da instituição política. Trata-se de uma profusão de contextos potencialmente agregadores, onde todos os sujeitos são, teoricamente, incluídos. Para além do acesso e consumo, a cibercidadania refere-se à possibilidade de desempenhar um papel de pertencimento em ambiente desterritorializado e interativo, criando relações interpessoais em uma perspectiva política, cultural e social.

Surgida na sociedade em rede, a cibercidadania pode ser caracterizada também pelo acesso aos meios que garantem a interatividade, tanto entre cidadãos quanto entre os diversos atores sociais. Nesse sentido, são relevantes não apenas os recursos materiais, mas também os recursos simbólicos controlados pelos indivíduos para o exercício da cidadania interativa. Santos define a cidadania interativa, surgida na sociedade em rede:

[...] no mundo contemporâneo, a cidadania parece estar sendo caracterizada também pelo acesso aos meios que garantem a interatividade, tanto entre os cidadãos quanto entre os distintos atores na sociedade, tanto públicos quanto privados. Nesse sentido, parecem ser relevantes não apenas os recursos materiais, dados pela condição econômica, mas em especial os recursos simbólicos controlados pelos indivíduos para o exercício do que estamos denominando a cidadania interativa.¹⁰

Na discussão sobre a importância da interatividade para a construção da cibercidadania, destacamos o uso das redes sociais virtuais enquanto ferramenta politizadora. As primeiras redes sociais digitais, virtuais ou *online* surgiram há vinte anos como comunidades em que usuários cadastrados podiam estabelecer contatos, interagir e comunicarem-se entre si. A definição de Pierre Lévy para ciberespaço como um novo campo de comunicação e sociabilidade em que se cria uma nova modalidade de contato social, extrapolando os limites naturais, de espaço e de tempo se aplica a estas redes sociais e à comunicação mediada por computador¹¹. As pessoas, que geralmente se organizavam por relações de proximidade, agora, com a internet, se agrupam por afinidades, valores afetivos, causas em comum.

¹⁰ SANTOS, Hermílio. **Cidadania interativa, comunidade e sociedade: uma análise com prelúdio e três atos**. Disponível em: <www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 15 Mar 2015.

¹¹ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Edições 34, 1999.



As redes sociais, ao oferecerem um meio para que questões sejam debatidas, pensadas e analisadas, suscitam que movimentos sociais tragam à pauta da esfera pública questões que até então se encontravam silenciadas na esfera midiática tradicional. O fortalecimento destes debates através de redes sociais *online* constitui o que Lévy denomina como ciberdemocracia:

Quando em geral a democracia eletrônica faz pensar em voto eletrônico, defendo aqui a idéia de que o essencial da renovação democrática da cibercultura se deve a um aumento da transparência dos governos (e da vida social em geral), assim como a emergência de novos espaços (virtuais) de deliberação e diálogo político. Nem os jornais, os salões e os cafés do século XIX, nem a abundância midiática e televisiva do fim do século XX haviam permitido semelhante acessibilidade à informação 'política', semelhante abertura do espaço de conversação, semelhante disponibilidade de instrumentos ao serviço do cidadão no sentido de influenciar seus representantes.¹²

O exercício democrático está intrinsecamente ligado à possibilidade, ou aos níveis, de participação popular. Não existe democracia sem comunicação democrática. Nesse sentido, as mídias sociais podem ser pensadas como ferramentas de colaboração instantânea e gratuita onde espaços de debate e construção coletiva são promovidos e modelos de coordenação pública descentralizada podem criar soluções inovadoras para as questões negligenciadas pela mídia hegemônica, dentre elas a diminuição do preconceito e o combate à homofobia. Tal implementação tecnológica no ambiente das redes digitais, aliada ao conceito de cidadania interativa e ciberdemocracia, cria a possibilidade de aproximação de perspectivas que antes pareciam excludentes, convidando ao debate e a reflexão toda sociedade civil.

3 ATIVISMO DIGITAL E COMBATE À LGBTFOBIA

Com raízes epistemológicas no movimento feminista, os estudos de gênero permitem refletir sobre as naturalizações de papéis sociais considerados masculinos e femininos, e sobre os discursos, pilares, normas, padrões culturais, valores e representações nos quais muitas das relações entre homens e mulheres estão fundadas. Segundo Guacira Lopes Louro, as convenções relativas ao gênero podem variar segundo a

¹² LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Edições 34, 1999.



cultura, a classe social e o momento histórico¹³. E, são, majoritariamente, apoiadas nas distinções anatômicas que separam homens e mulheres, concebidos, nesses termos, como corpos fundamentalmente diferentes e, assim, destinados a desenvolverem emoções, condutas e vocações distintas. Ao adicionarmos o fator da heterossexualidade como parâmetro de normalidade no que se refere ao gênero, teremos a conduta “ideal” formulada nas relações de poder.

Considerando “hegemonia” como a dominação social de certo grupo, exercido não por força bruta, mas por dinâmicas culturais que se estendem à vida privada e estabelecem determinados padrões, podemos também entender a mídia, as instituições de educação e a ciência como canais pelos quais essa hegemonia heteronormativa pode ser estabelecida. Essa dominação é exercida por poucos homens na sociedade e construída não apenas em oposição às feminilidades, mas também em oposição a outras formas de masculinidades. Entre elas, destacaremos a masculinidade homossexual.

A hierarquização das sexualidades baseada na distinção de gênero constrói relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas famílias e nas práticas sociais. A mídia tem efeito simbólico na produção de significados e na constituição do imaginário social. Reconhecidas como verdadeiras pelo público, as informações distribuídas hegemonicamente fornecem importantes subsídios para a compreensão da sociedade contemporânea, mas mais do que isso, o discurso midiático promove uma forma particular de produção de conhecimento que, ao dar visibilidade ao singular, é capaz de romper com a norma vigente, favorecendo a pluralidade e, conseqüentemente, o rompimento com preconceitos e desigualdades frutos da heteronormatividade¹⁴.

Uma das expressões mais marcantes da construção das sexualidades distintas da norma heterossexual é LGBTfobia. Esse termo indica o ódio e a aversão aos homossexuais e a todas as outras manifestações da sexualidade não hegemônica ou de expressões de gênero distintas dos padrões normativos do masculino e do feminino. A LGBTfobia é, segundo Daniel Borrillo, do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo,

¹³ LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

¹⁴ Termo utilizado por Michael Weber, em 1991, para denominar as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade.



uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como o contrário, inferior ou anormal, referindo-se a um prejulgamento que consiste em acreditar na supremacia da heterossexualidade¹⁵.

De acordo com o levantamento feito pela Associação Internacional de Gays e Lésbicas, o Brasil registrou 325 assassinatos de LGBTs entre 2008 a 2011. Já no ano de 2012, isoladamente, o Relatório sobre Violência Homofóbica do Brasil indicou 338 homicídios por motivação LGBTfóbica. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), um indivíduo LGBT é morto a cada 28 horas no país por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero¹⁶. Importante ressaltar que diversos crimes com a mesma motivação não aparecem entre estatísticas devido ao não reconhecimento da LGBTfobia enquanto crime de ódio pelo Código Penal Brasileiro. Diante a omissão das esferas estatais e do silenciamento da mídia hegemônica sobre tal assunto, militantes e ativistas LGBT têm utilizado a internet, e destacadamente, as redes sociais enquanto instrumento para a conscientização, mobilização e promoção da cidadania e segurança de indivíduos LGBT.

Dentre os muitos esforços para promover a cidadania e estimular a construção de uma sociedade mais igualitária, várias organizações ligadas ao movimento LGBT brasileiro desenvolveram o Projeto de Lei 5003/2001, o qual veio a se tornar o Projeto de Lei (PLC) 122/2006 que propõe a criminalização da homofobia, tornando crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Após tramitar por oito anos no Congresso Nacional e suscitar inúmeras discussões, o projeto foi apensado à discussão no novo código penal, o que importou, em verdade, no seu arquivamento em dezembro de 2013.

Não obstante, antes mesmo da discussão sobre o tema avançar no âmbito do novo código penal, já consta outra proposta para criminalizar a homofobia em tramitação na Câmara dos Deputados. Trata-se do PL 7582/2014. Este projeto se apresenta de forma mais ampla que o anterior, na medida em que busca romper a barreira entre feminino e masculino, direcionando o tema à orientação sexual e a identidade de gênero de forma mais efetiva. O conceito de ciberativismo chegou ao Brasil na década de 1990, com o ainda moderado acesso à internet. As mudanças trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação marcaram de forma profunda a sociedade contemporânea. Uma das formas para se entender o ciberativismo é enxergá-lo como uma utilização da internet por

¹⁵ BORRILLO, Daniel. *A Homofobia*. Espanha: Bellaterra, 2001.

¹⁶ Fonte: <www.folha.uol.com.br> Acesso em: 18 Mar 2015



movimentos politicamente motivados, com a finalidade de lutar contra injustiças, ideais reacionários e conservadorismos que são levados para a rede. Para os ciberativistas, o uso da internet surge como possibilidade de quebrar o monopólio da grande mídia e oferecer um ambiente favorável para o exercício de um papel mais ativo no processo comunicacional.

A negligência sobre o debate de questões pertinentes ao movimento LGBT brasileiro nos veículos de comunicação hegemônicos tem feito com que ativistas busquem e criem espaços alternativos para disseminar ideias, expressar opiniões, mobilizar pessoas e pressionar autoridades. Blogs, sites e redes sociais como Twitter, Facebook e Youtube têm sido usados como ferramentas de combate ao campo midiático tradicional, tal como para alcançar visibilidade às identidades sexuais que compõem a sigla LGBT.

Como exemplo, trabalharemos o movimento “Aqui tem LGBTfobia”, criado na rede social Facebook, no início do ano de 2015, e que deu início ao *site* “Tem Local?”, inaugurado em março do mesmo ano.

No dia primeiro de março de 2015, na Praça São Salvador, Zona Sul do Rio de Janeiro, um casal de turistas formado por dois homens foi atacado, por múltiplos agressores, com copos e garrafas de vidro por ter trocado beijos em frente a um conhecido bar da região. Relatos divulgados pelo Facebook afirmavam que a polícia estava presente e nada fez, assim como os seguranças do estabelecimento. O debate acalorado sobre a questão e a polêmica do acontecido repercutiu na rede social, alcançando milhares de usuários em todo o país. A partir deste infeliz evento, militantes do movimento LGBT se organizaram e lançaram o movimento “Aqui tem LGBTfobia” no Facebook. O objetivo era divulgar o ocorrido, chamando atenção para a intolerância por parte dos agressores e para a omissão das autoridades policiais. Logo as manifestações se espalharam para outras redes sociais como Twitter e Instagram. Através da *hashtag* #aquitemlgbtfobia, usuários das distintas mídias difundiram o debate sobre preconceito às minorias sexuais pela internet.

Mapeando os compartilhamentos que utilizavam o marcador #aquitemlgbtfobia, descobrimos que muito além da difusão da ideia de combate à homo-lesbo-bi-transfobia, centenas de postagens continham relatos pessoais dos usuários. Muitos divulgaram experiências próprias frente situações de preconceito, velado ou não. Outros aproveitaram para se posicionarem frente às questões políticas da atualidade, principalmente em



referência às bancadas religiosas fundamentalistas do nosso Poder Legislativo. Alguns fizeram críticas embasadas em diferentes referenciais teóricos, justificando a urgência na desconstrução da normatividade opressora em que vivem.

Outro fator que identificamos foi o deslocamento da esfera *online* para a *offline*. Diante da intensa repercussão do tema nas redes sociais e crescente adesão de pessoas à causa, militantes LGBT organizaram um ato político de “beijaço”, na mesma praça palco da discriminação do casal de turistas. Divulgando o evento pelas redes sociais, os militantes mobilizaram centenas de pessoas que se deslocaram até o local para se manifestarem contrários a qualquer tipo de homo, bi, lesbo ou transfobia. Além disso, os organizadores distribuíram adesivos com a frase “Aqui tem LGBTfobia” para serem colados em locais essa prática discriminatória já aconteceu como forma de identificar e alertar o público futuro.

A iniciativa partiu de três ativistas brasileiros que integram uma nova frente de combate ao preconceito baseado em orientação sexual e identidade de gênero na cidade do Rio de Janeiro, com o nome “A purpurina dessa cidade sou eu”. O grupo, ainda em formação, reúne diversos coletivos que lutam pelos direitos LGBTs na cidade.

O “Tem Local?”¹⁷ consiste em uma mapa para a LGBTfobia. Usando denúncias enviadas por internautas, o *site* vai mostrar os locais do país onde ocorreram agressões a homo, bi e transexuais. A página ainda reúne dicas de estabelecimentos que toleram de forma plena a diversidade sexual e de gênero. O processo de cadastro é simples: ao entrar no *site* o usuário poderá localizar no mapa o lugar onde ocorreu a violência física, psicológica ou moral. Em seguida, é assinalada qual destas formas de opressão presenciou ou sofreu e então se pode relatar o acontecido. Depois disso, a denúncia já aparecerá no mapa. O mesmo pode ser feito em bares, boates e restaurantes, mesmo sendo empresas privadas. Na seção “O que queremos” do *site*, os ativistas deixam claras suas intenções: “que todo local seja seguro; que toda identidade de gênero seja respeitada; que todo afeto seja motivo de orgulho; queremos ser uma ferramenta de combate à LGBTfobia!”

Além do *site*, a manifestação “Aqui tem LGBTfobia” também deu origem à página “Tem Local?” no Facebook. A página, lançada em 23 de março de 2015, já conta com quase duas mil e quinhentas *curtidas*. Na descrição, o objetivo proposto é ser um marco contra as expressões de preconceito e discriminação, através da construção coletiva de

¹⁷ www.temlocal.com.br



participação no *site* homônimo e das *hashtags* #temlocal. Analisando a página, ainda identificamos que postagens diárias sobre crimes LGBTfóbicos são feitas no intuito de divulgar e difundir o debate entre usuários.

Entendendo o ciberativismo enquanto ferramenta de luta contra a mídia hegemônica que, muitas vezes, centrada na lógica dominante e essencialmente heteronormativa, acaba por silenciar e negligenciar assuntos referentes às minorias sociais e políticas, ressaltamos a importância das redes sociais como objeto de uso social por parte dos movimentos sociais de forma a romper com a norma e pautar uma sociedade livre de preconceitos e desigualdades.

CONCLUSÃO

As sociedades ocidentais consideram como legítimas as relações conjugais monogâmicas heterossexuais. Determinadas atitudes repetidas, transmitidas e padronizadas tornam-se naturalizadas e passam a ser encaradas como regras pela sociedade. A mídia, nessa perspectiva, é um dos eixos que norteia a construção de sentidos dos sujeitos e dos comportamentos sociais, sendo também, por eles influenciada.

Encontramos o discurso midiático, portanto, fundado em uma rede de valores e saberes dominantes, num padrão normativo ocidental hegemônico, a heteronormatividade. É através do conceito de heteronormatividade que entendemos a invisibilidade do movimento LGBT na sociedade atual.

Buscando romper com a unidirecionalidade da informação e com a homogeneização dos ideais, as redes sociais surgem como importante instrumento para os movimentos sociais minoritários que buscam espaços alternativos para disseminarem saberes e incentivarem debates. A internet, através da revolução das tecnologias de comunicação e informação, se apresenta enquanto ambiente democrático para construção de novos modelos de pensamento sobre diversidade sexual e de gênero e para o recrudescimento da intolerância.

O ciberativismo é compreendido como a utilização da internet por movimentos politicamente motivados, com a finalidade de lutar contra injustiças, ideais reacionários e conservadorismos que são levados para a rede. Para os ciberativistas, o uso da internet é um meio de “driblar” os meios de comunicação tradicionais, que, na maioria das vezes, não oferecem espaço para que a opinião pública se manifeste.



A apropriação das redes sociais por parte dos movimentos sociais tem sido canal de divulgação de iniciativas e mobilização de indivíduos em torno de uma causa em comum. Tais redes são utilizadas enquanto resistência ao monopólio da grande mídia e instrumento de combate ao modelo tradicional e conservador de difusão de informações, também desempenham papel fundamental na promoção da cidadania desde webcidadãos e na participação democrática de construção de uma sociedade baseada em valores de igualdade e tolerância.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre . Minorias, biopolítica e mídia. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004, Porto Alegre. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2004**. CD-Room.
- BORRILLO, Daniel. **A Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- COGO, Denise. **Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais**. Disponível em: <www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em 15 Mar. 2015.
- DARDE, Vicente Willian da Silva. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese, Faculdade de biblioteconomia e comunicação, Programa de pós graduação em comunicação e informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Porto Alegre: DP&A, 2006.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Edições 34, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**.
- SANTOS, Hermílio. **Cidadania interativa, comunidade e sociedade: uma análise com prelúdio e três atos**. Disponível em: <www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 15 Mar 2015.